

Os Macaenses no Brasil

O cerco se mantém

A condição de cercados que marcou a presença portuguesa na Ásia deve continuar mesmo após a devolução de Macau, último domínio português no Oriente. Mas o cerco que permanece é voluntário e diferente do que normalmente ocorre: a preocupação dos cercados não é armazenar água, alimentos ou armas, mas jogos, receitas de comida, dialetos, canções, livros, imagens e histórias. Estou falando dos macaenses que deixaram Macau ao longo deste século, para quem a vida no cerco é uma proteção mais do que uma ameaça. Os macaenses que vivem no Brasil – o mesmo pode estar acontecendo em outras partes do mundo – tentam armazenar sua identidade para o momento de escassez, em que a fonte não vai mais existir.

As mudanças que esperam Macau e os macaenses no final deste ano são em parte conhecidas e estudos de ciência política e relações internacionais, de economia e estatística podem dar conta de muitos dos aspectos resultantes da passagem do controle de Macau das mãos dos portugueses para a China. O tema deste trabalho, no entanto, é bastante pontual e seu caráter aparentemente fotográfico acabou revelando um bom número de questões ainda não desenvolvidas. Trata-se de abordar a alternativa de sobrevivência cultural que representa para os macaenses e seus descendentes a criação de casas de Macau, especificamente no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O uso da imagem do cerco para descrever a união e o esforço dos macaenses no Brasil vale pelo sentimento partilhado pelos « voluntariamente cercados » e pela própria história do território de Macau. Quanto ao sentimento, o temor, vou falar mais à frente. Sobre a história, é bastante sabido que a presença portuguesa na Ásia foi marcada por grandes embates que, apesar de terem tido como cenários cidades portuárias, não foram essencialmente decididos em batalhas no mar mas também em cercos. Penso sobretudo no cerco de Malaca, em 1511, fundamental para a ampliação do espaço oceânico controlado por Portugal, que deu-lhe acesso à Insulíndia e à China. Penso ainda no cerco de Diu, de 1538, que definiu a posição portuguesa no Índico. Só na pequena cidade de Macau havia seis fortalezas, cinco fortes, dois fortins, dois baterias e um baluarte, além das muralhas, segundo conta Jorge Graça em seu livro sobre as fortalezas de Macau (Graça s.d.). A cidade foi efetivamente vítima de um

cerco, imposto pelos holandeses, em 1622, cuja libertação é por muitos atribuída a um milagre. Entre experiências de cerco e sua ameaça passaram-se 500 anos. O cerco se rompe definitivamente com a passagem de Macau para a China quando os chineses finalmente ganharão a cidadela.

Antecedentes

No entanto, não haverá assalto ou invasão, a entrada foi negociada com os chineses. Quem vive no interior da cidade poderá querer sair, descontente com a nova situação política e econômica. Durante a segunda metade deste século se pôde verificar uma forte emigração macaense, que elegeu como portos de chegada os Estados Unidos, Austrália, Canadá, Portugal e Brasil, sem falar em Hong Kong, refúgio natural.

No caso do Brasil, o estudo da presença de portugueses de Macau nos faz voltar um pouco no tempo a fim de localizar algum momento no qual a condição de colônia tenha favorecido algum tipo de aproximação. Diferenças consideráveis nos alertam para a impossibilidade de pôr lado a lado o Brasil colônia e o chamado Estado da Índia oriental.

Apenas como ilustração, há estudos que indicam que a influência oriental no Brasil era bastante forte até o início do século XIX. É Júlio Bandeira, um estudioso do assunto, quem afirma que a partir daquele período essa influência foi abafada pelas francesa e britânica. Já nas primeiras expedições pelo interior do país os bandeirantes faziam uso de ervas chinesas, assim como da medicina chinesa. A Igreja da Nossa Senhora da Expectação do Parto, ou Nossa Senhora do Ó, fundada em Sabará, Minas Gerais, no início do século XVIII é um outro exemplo. Obra representativa do barroco mineiro, a igreja tem seus painéis pintados com motivos chineses e a maioria dos personagens bíblicos é representada com olhos amendoados ou orientais, inclusive os animais.

Para o século XIX, uma das fontes mais utilizadas para o estudo das relações entre o Brasil e Macau é constituída pelas crônicas do padre Perereca. Cônego da capela real, o padre Luís Gonçalves dos Santos, que morreu em 1844 (1767-1844), panfletário e polemista, teve suas memórias editadas pela primeira vez em Lisboa em 1825. Nelas lê-se que em 1810, D. João VI, que havia dois anos se instalara no Brasil, concedeu isenção de direitos para os produtos da China vindos diretamente de Macau. O Pe Perereca incitava, nos lembrando António Vieira e sua Companhia das Índias ocidentais: « se o Rio de Janeiro e a Baía forem os interpostos das mercadorias da China, que lucros se não podem esperar para o futuro deste ramo do comércio asiático » (Moura 1973a : 8).

O cronista faz duas referências aos chineses no Brasil. Ele afirma que, com a abertura dos « portos às nações amigas », assinado em 28 de janeiro de 1808, « em grande quantidade [os chineses] vieram de Macau para o Rio de Janeiro » e também observa a presença de chineses nas cerimônias de coroação e aclamação de D. João VI no Rio (Moura 1973a : 11). Um senador de Macau, Rafael Botado de Almeida, também foi ao Brasil em 1809. Prisioneiro dos franceses na atual Ilha Maurício, ele foi autorizado a embarcar para o Brasil, levando sementes e mudas de plantas aclimatadas na ilha.

Uma outra situação poderia indicar a existência de um movimento contínuo de chineses de Macau. Trata-se de uma estratégia para o

desenvolvimento da cultura do chá no país. O objetivo era abastecer o mercado europeu, especialmente o inglês, e para isso fez-se vir homens e mudas de chá, que foram estabelecidos no jardim botânico e depois também em Santa Cruz, ex-fazenda jesuíta, hoje um bairro do Rio de Janeiro (Moura 1973b : 5). Rugendas, que visitou e retratou a região por volta de 1820, localiza trezentos chineses cultivando cerca de seis mil arbustos no jardim botânico. Sua gravura descreve uma área atrás do Corcovado, à beira da lagoa Rodrigo de Freitas, perto do jardim das Plantas. Segundo o ilustrador, só a Inglaterra importava da China três milhões de libras de chá. Rugendas defende que se a Inglaterra paga à China em metais pelo chá, « o Oriente é o abismo devorador de quase todos os metais preciosos exportados da América para a Europa » (*ibid.* : 9).

A inglesa Maria Graham, ao visitar o jardim botânico no Rio de Janeiro em 1821, escrevia que o jardim havia sido destinado pelo rei para o cultivo de especiarias e frutos orientais e, acima de tudo, « para o do chá, que ele mandou vir da China juntamente com algumas famílias acostumadas à sua cultura ». O clima era propício : « nada pode ser mais próspero do que o conjunto das plantas. O cinamomo, a cânfora, a noz moscada e o cravo da Índia cessem tão bem quanto no solo natal » (Graham 1990 : 199 *sq.*). Mas em seu *Diário de uma viagem ao Brasil (1821-1823)*, Graham escreve que apesar do chá ser de ótima qualidade, a produção era pequena e não foi prosseguida por D. Pedro I que considerou mais vantajoso importar o chá e vender o café. Os ingleses, segundo afirma, fizeram o que foi possível para atrapalhar as plantações e já em 1825 muitos colonos haviam-se tornado vendedores ambulantes ou cozinheiros, se envolveram no pequeno comércio e na fabricação de fogos de artifício. O bairro chinês era o beco dos Ferreiros, no antigo morro do Castelo, hoje o centro do Rio de Janeiro.

Um texto de 1825 oferece um retrato das condições das plantações. Frei Leandro do Sacramento, após ocupar a função de diretor do jardim botânico da lagoa Rodrigo de Freitas, é encarregado pelo imperador D. Pedro I de organizar uma coleção de sementes de chá, cravo e outras especiarias para as províncias do império. No texto que acompanha a coleção, ele afirma que no início de 1824, portanto três anos apenas após a otimista visita de Maria Graham, « havia uma plantação de chá considerável em três massiços ; o menor num estado de cultura sofrível e os outros dois em completo abandono » (Sacramento 1825 : 1). O conhecimento do processo da cultura do chá se limitava ao último restante dos chinas que tinham ido ao Brasil com essa finalidade, o chinês Mestre do Chá, como o chama o frei Leandro. Este defendia o cultivo do chá no Brasil, que deveria ocupar na economia nacional uma posição equivalente à do café e da cana, além de permitir a subsistência de um grande número de famílias.

O que faziam os macaenses em Sabará ? O que aconteceu à colônia chinesa, ou de macaenses do Rio de Janeiro, mesmo que ainda seja preciso aprofundar a pesquisa a fim de confirmar se os chineses levados ao Brasil para o cultivo do chá saíram realmente de Macau ? De que forma os ingleses puderam interferir no projeto do rei D. João VI ? Essas questões que precisam ainda ser desenvolvidas parecem pouco ter a ver com a relação atual entre o Brasil e Macau, a não ser pelo que possam ter contribuído para a imagem que os brasileiros tem dos chineses construída ao longo do século.

A diáspora no século xx

A diáspora macaense durante o século xx, que pode representar um contingente entre dez mil e trinta mil pessoas não se tem dados precisos levou à criação de núcleos de preservação da cultura macaense em várias cidades do mundo. As casas de Macau são, a meu ver, cercos voluntários, tomando-se talvez uma excessiva liberdade no significado do termo. Mas nesses casos, o sujeito do cerco não é a cidade, na verdade a cidade pouco importa, Sidney, São Francisco, São Paulo ou Toronto.

No caso do Brasil, especificamente, não há estatísticas sobre a dimensão da imigração macaense. Nas duas casas de Macau estão registradas hoje aproximadamente 600 pessoas, 160 no Rio de Janeiro e cerca de 450 em São Paulo. Mas esse número deve ser muito maior, uma vez que muitos imigrantes preferiram não se agregar à colônia formalmente.

Na origem da emigração macaense se verifica sempre, em menor ou menor grau, uma combinação das componentes econômica e política. Na história da diáspora, a condição de quem parte se alterna dessa forma entre a de emigrante econômico e de refugiado. Precisar qual o estatuto do macaense que chegou ao Brasil por um lado é irrelevante, uma vez que não houve, por parte do governo brasileiro, a imposição de condições para o ingresso ou programas de auxílio. Mas por outro lado, do ponto de vista daquele que deixa seu país, a questão passa a fazer sentido. O estatuto de refugiado, estabelecido juridicamente nos anos 1960 (o Protocolo sobre o estatuto dos refugiados da ONU é de 1961), inclui um critério bastante subjetivo: o temor. E foi este o sentimento que permeou, variando de intensidade, a diáspora macaense neste século.

A primeira onda chegou ao Brasil nos anos 1950 e aliava a busca de uma vida melhor às condições desfavoráveis resultantes da revolução comunista. Muitos « portugueses » de Shangai que hoje vivem no Brasil fazem parte desse grupo. Os conflitos vividos em Macau entre nacionalistas e comunistas expulsaram famílias bem estabelecidas no território. Apesar das condições econômicas lhes serem até então favoráveis, era também presente o temor de radicais mudanças políticas.

A guerra colonial na África, nos anos 1960, foi o segundo grande motor da diáspora. O exército português recrutava os jovens para o serviço militar e para a guerra contra os povos africanos. A saída foi fugir para Hong Kong. A ex-colônia britânica oferecia maiores oportunidades de trabalho e um refúgio contra as demandas do exército de Portugal.

Mas cinco ou seis anos depois dessa primeira partida, a situação em Hong Kong também passou a despertar o temor. A Revolução Cultural chinesa, no final dos anos 1960, fez com que fosse preciso repensar a condição dos macaenses. Uma investida chinesa em Hong Kong deixaria à deriva os que naquele momento não podiam contar com o apoio de seu país.

Brasil não foi a primeira opção para esses imigrantes-refugiados. Estados Unidos, Canadá e Austrália pareciam oferecer melhores condições econômicas. Fatores como os obstáculos à imigração, o clima rigoroso do Canadá, a necessidade de diplomação para obter qualquer colocação em

um ou outro país, fizeram com que um grupo de cerca de sessenta pessoas optasse pelo Brasil. Na grande maioria homens solteiros, embora não fossem muitos, a instalação dessas pessoas, a formação de famílias, a relativa estabilidade alcançada no Brasil serviram de atrativo para aqueles que nos anos seguintes procuravam melhores oportunidades de trabalho fora de Macau.

A busca de novas alternativas ocorreu a partir de então de forma isolada. A precariedade dos investimentos privados em Macau restringia as chances de emprego e a principal perspectiva do macaense era o ingresso no serviço público: única maneira de ver valorizados seus conhecimentos da língua portuguesa. Ao mesmo tempo, no Brasil dos anos 1960, os macaenses tinham a vantagem do domínio da língua inglesa no momento de procurar uma colocação.

Brasil, durante esses anos, funcionou como um bom porto de chegada. Sem a barreira do idioma ou obstáculos legais, os macaenses seguiram para as grandes cidades, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo. A adaptação foi facilitada pela ampla influência norte-americana vivida antes em Macau e que se reproduz sem constrangimentos no Brasil.

A assimilação dos macaenses à vida econômica, social e cultural atingiu níveis variados, oscilando com a instabilidade da economia do país e a área de atuação de quem buscou se instalar. A dificuldade para o reconhecimento do diploma obtido em Portugal foi um dos obstáculos. Poucos, no entanto, são os macaenses que emigraram com nível superior. Essa restrição faz com que o profissional que não se conseguiu incorporar ao mercado de trabalho relativize a fama que o brasileiro tem de ser um povo acolhedor e aberto aos estrangeiros. É essa uma das razões pelas quais os profissionais liberais que emigraram, ou que decidiram deixar Macau depois de 1999, tem Portugal como a melhor opção.

« Não diria que o Brasil é acolhedor, mas que não se importa com quem entra até que o imigrante possa tomar o seu lugar. O macaense é um povo acolhedor, enquanto no caso do Brasil, o país, a nação, é que é. Esta é a grande diferença », afirma Alberto d'Assumpção, no Brasil desde 1971, engenheiro e hoje massagista e chefe de cozinha da casa de Macau.

Uma vez no Brasil, e vencidas as dificuldades de instalação, os macaenses, apoiados pelo governo português, criaram as casas de Macau em São Paulo, em 1989 e no Rio de Janeiro dois anos depois, com apoio financeiro da Fundação Oriente. Nessa iniciativa eles viam a possibilidade de satisfazer o desejo de manter viva alguma coisa que dizia que esse grupo tinha características específicas a serem preservadas.

A etnicidade macaense não foge à regra e varia de acordo com o espaço em que precisa se manifestar. Utilizando a definição do campo da antropologia social, o termo etnicidade se refere a aspectos do relacionamento entre grupos que se consideram a si mesmos, e são vistos pelos outros, como sendo culturalmente distintos (Eriksen 1993: 12). Dessa forma, variando o grupo com o qual se mantém contato, muda também sua visão, sendo que muitos aspectos devem ser levados em conta: espaço geográfico, relações ao longo do tempo, por exemplo. Diante dessas alterações, os macaenses são então obrigados a « negociar sua identidade », como afirma Thomas Hylland Eriksen, ou seja, são levados a salientar um ou outro aspecto, dependendo do interlocutor e do ambiente em que estão inseridos.

Eles são chamados pelos chineses de filhos da terra, ou macau filho ; pelos portugueses de chinesinhos ou luso-descendentes ou portugueses do ultramar, no Brasil são chineses ou portugueses ou macaenses. Mas o que na verdade pode ser dito para caracterizar o macaense ? Reitero aqui a conclusão de João de Pina Cabral ao afirmar que os macaenses comungam uma « condição de interculturalidade » (Cabral 1994 : 215), sem que se possa definir com precisão os traços que os singularizam. A singularidade do macaense pode ser reconhecida por um lado nos pontos em que sua trajetória se diferencia daquela vivida pelos portugueses e pelos chineses. Jorge Morbey assinala três razões que os afastam dos dois outros grupos étnicos que integram Macau. Afastam-se dos chineses porque a evolução histórica gerou diferenças em relação às matrizes nacionais e porque estão fisicamente distantes do poder político. Em relação aos portugueses, além dessas duas razões adiciona-se o fato de partilharem regiões territorialmente descontínuas (Morbey 1990 : 25).

Trata-se seguramente de uma cultura mista, que, nas palavras de Pedro Almeida, que saiu de Macau em 1969, seria marcada pelo equilíbrio, pela harmonia de elementos das culturas portuguesa e chinesa. Essa harmonia, que nas últimas décadas não foi suficiente para viabilizar a permanência de muitos macaenses no território, pode ser vista, ao longo da história de Macau, como regra de sobrevivência. A vida num território cercado, seja por um inimigo disposto a um enfrentamento militar, ou por uma ameaça de assimilação cultural que poderia ser fatal, pode ter-lhes dado o equilíbrio indispensável à manutenção do grupo. A cultura macaense sempre sofreu em Macau e sofre também fora dele com a falta de produtores e consumidores de cultura portuguesa, elementos indispensáveis para sua preservação, como escrevia em 1990 Jorge Morbey, presidente do Instituto cultural de Macau (Morbey 1990 : 30).

Neste aspecto, vale uma observação. Espanta os macaenses a política portuguesa de dissociação da cultura chinesa ao excluir do currículo das escolas qualquer disciplina ligada à China, ao seu idioma ou à sua história. De um lado a imposição direta do currículo praticado nas escolas de Portugal aos estudantes de Macau afasta os luso-descendentes da cultura predominante no território, e por outro fortalece a reivindicação dos macaenses de pertencer à nação portuguesa diante da discriminação que sofrem ao chegarem na metrópole. Antonio Machado de Mendonça, há vinte e dois anos no Brasil, defende sua condição de cidadão português nos seguintes termos : « Eu sou português, ninguém pode me tirar isso. Eu tenho passaporte português, falo português, cumpri o serviço militar, jurei a bandeira, estudei a história de Portugal, os caminhos de ferro, as regiões, o clima ».

Diante da imprecisão na definição da identidade macaense, da dificuldade de consolidação de uma cultura crioula que se esvai com a miscigenação na qual a presença chinesa é maciça e incontornável, a casa de Macau funciona então como um local onde « os membros da comunidade se reúnem para se lembrar que são macaenses », como define a mais antiga integrante da comunidade, Renée de Senna Fernandes, de 84 anos, há 40 no Brasil. Na casa preserva-se sobretudo a culinária, que leva ao convívio, às histórias de cada um, os esportes – o tai-chi tchuan e o karatê, a seleção de jóquei sobre patins, mantida pela casa de São Paulo, que ainda programa apresentações de músicas típicas de Macau, cantadas em patuá, canções portuguesas, ensinam às crianças as danças do leão e do dragão e alimentam o acervo das bibliotecas com livros, vídeos e cds.

A herança cultural é sustentada por macaenses entre 70 e 80 anos, imigrantes dos anos 1950 e 1960, e por aqueles que hoje tem entre 40 e 50 anos, que foram ao Brasil em busca de emprego. Como salienta o presidente da casa de São Paulo, Antonio Colasso, a própria imagem que esses imigrantes têm de Macau, que tentam transferir para seus descendentes e para os brasileiros, já não corresponde à vida atual no território. A manutenção da cultura macaense nessas casas poderá assim ser sua chance de preservação após 1999.

Mesmo sem grandes recursos capazes de atrair os jovens para a vivência comunitária, os macaenses alimentam o desejo de que os filhos, fruto de casamentos mistos, não esqueçam as origens da família. Os filhos, no entanto, já não falam chinês. E se hoje fossem aprendê-lo não deveriam investir no chinês mandarim no lugar do cantonense falado pelos pais? Na faixa etária entre 18 e 25 são poucos os frequentadores, mas os mais velhos acreditam que com o tempo esses jovens deverão voltar ao convívio da casa.

O esforço de preservação e de vida comunitária, no entanto, não carrega ilusões: « Em duas décadas nós não vamos mais existir », afirma Francisco Fernandes, presidente da casa do Rio de Janeiro.

No futuro próximo interessa aos macaenses o terceiro Encontro de macaenses da diáspora, que se realiza em março próximo em Macau. Quanto a dezembro de 1999, as opiniões se dividem. Os mais velhos temem o comportamento da China e há os que não acreditam na Região administrativa especial de cinquenta anos negociada entre a China e Portugal. Há otimismo, no entanto, diante da tranquilidade com que a transferência está ocorrendo e a transição pacífica de Hong Kong indica que não há motivo para pânico. A situação nem por isso deixa de ser de expectativa e incerteza.

Não há grandes previsões de partida em massa de Macau após a entrega para a China. Muitos familiares de macaenses residentes no Brasil que permanecem em Macau não pensam em deixar a cidade. A qualidade de vida é hoje bastante boa e os grandes investimentos feitos em Macau nos últimos anos fazem do território um local viável profissionalmente também para os jovens. As obras realizadas pelo governo português de preservação do patrimônio cultural da cidade revelam, na opinião dos macaenses, a preocupação de marcar a presença portuguesa em Macau, através da arquitetura sobretudo.

Esse acontecimento que alguns querem acreditar simbólico « só baixa uma bandeira e sobe outra » é no entanto motivo de muita tristeza. « Quero voltar com olhos de turista e o coração de macaense », afirma um imigrante que já passou por Hong Kong antes de chegar ao Brasil. Ele guarda porém alguma mágoa. « Nós saímos e nunca ninguém quis saber de nós, nunca tivemos uma nova oportunidade para voltar ». Os macaenses precisam agora assimilar o fato de que serão estrangeiros na própria terra. « Há sem dúvida um sentimento de perda », como afirma Roberto Colasso, « mas mesmo perdendo o território, a história deve de alguma forma ser mantida ».

A existência de Macau é um fato singular. Como diz Angela Colasso, « duas raças se uniram para formar uma terceira que agora vai ficar sem casa ». O esforço de preservação da casa de Macau, « ao armazenar todo o material possível sobre a cidade é a chance de preservação de sua história ».

Março de 1999
Andréa DORÉ
Universidade federal fluminense, Rio de Janeiro, Brasil

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, J. de Pina 1994, « A complexidade étnica de Macau », *O Oriente, hoje : do Índico ao Pacífico*, Lisboa : 209-224 (« Estudos orientais », V).
- GRAÇA, J. s.d., *Fortificações de Macau. Concepções e história*, Macau, Instituto cultural de Macau.
- ERIKSEN, T. Hylland 1993, *Ethnicity & Nationalism. Anthropological Perspectives*, Londres, Pluto Press.
- MORBAY, J. 1990, 1999. *O desafio da transição*, Lisboa, Edição do autor.
- MOREIRA, N.J. 1870, *Questão : convirá ao Brasil a importação de colonos chins ?*, Discurso pronunciado na sessão da Sociedade auxiliadora da indústria nacional em 16 de Agosto de 1870, Rio de Janeiro, Typographia universal de Laemmert.
- MOURA, C.F. 1973a, « Colonos chineses no Brasil no reinado de D. João VI », Separata *Boletim do Instituto Luís de Camões*, VII (2), Macau, Imprensa nacional.
- 1973b, « Relações entre Macau e o Brasil no início do século XIX, segundo as "Memórias para servir à história do reino do Brasil", do padre Perereca », Separata *Boletim do Instituto Luís de Camões*, VII (3).
- PIRES, B. Videira 1988, *Os extremos reconciliam-se. Transculturação em Macau*. Macau, Instituto cultural de Macau.
- SACRAMENTO, Frei L. do 1825, *Memoria economica sobre a plantação, cultura e preparação do chá*. Rio de Janeiro, Typographia nacional.
- THOMAZ, L.F. F.R. 1994, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel/Rio de Janeiro. [2ª ed., Janeiro de 1999].